



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,07% São Paulo	145.306	R\$ 5,323 (+ 0,01%)	24/setembro 5,327 25/setembro 5,364 26/setembro 5,336 29/setembro 5,322	R\$ 6,249	14,90%	14,90%	Abri/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11
0,18% Nova York	25/9 26/9 29/9 30/9						

TRIBUTOS

Câmara decide hoje sobre isenção do IR

Relator alerta para impacto fiscal e cobra cautela nas compensações; votação é prioridade na pauta econômica do governo

» DANANDRA ROCHA

Após mais de seis meses de espera, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), finalmente pautou para hoje a votação do Projeto de Lei nº 1.087/2025 que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais. A proposta é considerada pelo governo uma das prioridades neste semestre no Congresso, mas ainda divide parlamentares quanto às formas de compensação.

A decisão de restringir a agenda apenas a esse tema revela a pressão política em torno da medida, vista como um dos principais acenos do Palácio do Planalto à classe média. O texto será analisado em plenário em meio a alertas de líderes do Legislativo sobre os efeitos fiscais de sua aprovação.

O relator da proposta, deputado Arthur Lira (PP-AL), aproveitou, ontem, a reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para reforçar que a isenção em si não encontrará resistência entre os parlamentares. Segundo ele, o desafio será definir como

equilibrar a perda de arrecadação da União.

“Ninguém vai se posicionar contra a isenção. Agora, há dúvidas quanto à compensação, que deve ser discutida em plenário”, disse. Lira acrescentou que, apesar do apelo popular, é necessário blindar estados e municípios de eventuais impactos.

O relatório do deputado prevê isenção total até R\$ 5 mil e redução gradativa do IR para quem ganha até R\$ 7.350 — acima dos R\$ 7 mil previstos inicialmente pelo governo, criando uma espécie de transição antes da aplicação da tabela de descontos.

Imposto mínimo

Conforme proposto pelo governo, o parecer institui a cobrança de um “imposto mínimo”, com novas faixas de tributação para altas rendas. Contribuintes que recebem acima de R\$ 50 mil por mês (cerca de R\$ 600 mil ao ano) pagarão adicional de até 10%. A mesma alíquota será aplicada para rendas superiores a R\$ 1,2 milhão anuais. “Não vi um deputado que vá votar contra a isenção. Mas ninguém

Divulgação/Dep. Arthur Lira



Em almoço com a bancada ruralista, Lira detalhou o parecer ao PL que isenta do IR quem ganha até R\$ 5 mil

está aqui para dourar a pílula”, disse Lira aos integrantes da FPA, afirmando que a proposta tem impacto fiscal e vai onerar. A compensação,

segundo o relator, vai ser “a discussão do plenário”.

Setores estratégicos, como o agronegócio e a construção

civil, além de categorias de alta renda, como advogados, engenheiros e arquitetos, já pressionam por regras diferenciadas.

Também estão em debate garantias para que fundos soberanos que investem no Brasil não sejam afetados pela redistribuição da carga tributária.

A Frente Parlamentar da Agropecuária foi um dos grupos que mais insistiu em clareza nas regras de compensação. Durante as negociações, o ex-presidente da Câmara fez uma comparação com o projeto que criou o piso nacional da enfermagem. Na avaliação de Lira, a iniciativa, apesar de atender a uma forte demanda social, trouxe efeitos colaterais graves.

“O projeto do piso, eu segui sozinho por mais de um ano. Depois, vimos o resultado: desemprego, fechamento de hospitais mais frágeis e dificuldades nos municípios menores. Temos que amarrar muito bem isso para não tomarmos um cascudo lá na frente”, afirmou.

Para ele, o risco é de que a pressão em aprovar a isenção, por conta da popularidade do tema, acabe repetindo os problemas do passado.

Apesar das ressalvas, o alagoano confirmou que, até o momento, mantém o texto apresentado na semana passada, sem alterações.

ALAN CHAVES



Operações do Ibama encontraram mercúrio em terras indígenas

MINERAÇÃO

Mesmo proibido, mercúrio ainda é usado

» LETÍCIA CORRÊA*

Metal tóxico e amplamente usado na mineração, o mercúrio causa prejuízos à saúde, à economia e ao meio ambiente do país. É o que diz o estudo *De onde vem tanto mercúrio*, realizado pelo Instituto Escolhas. De acordo com a pesquisa, cerca de 185 toneladas de mercúrio ilegal foram usadas na extração de ouro, no Brasil, entre 2018 e 2022. “O Brasil é um dos signatários da Convenção de Minamata, que é um compromisso internacional

que trata da eliminação do uso do mercúrio em nível global. Mas, apesar de já ter deixado de usar o mercúrio em diversos produtos e setores, ainda continua usando muito mercúrio para a extração de ouro e, muitas vezes, mercúrio ilegal”, alerta a diretora de pesquisa do Instituto Escolhas, Larissa Rodrigues.

O perito da Polícia Federal, Gustavo Geiser, afirma que existe uma abordagem prevista por leis para casos de uso do elemento químico de maneira ilegal.

Geiser cita a operação Hermes,

em que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a PF flagraram pessoas jurídicas e físicas envolvidas em um esquema organizado de comércio não autorizado do mercúrio, em garimpos de ouro. Foram cumpridos 34 mandados de busca e apreensão. “Em Santarém, onde eu trabalhava até mês retrasado, também era comum ter apreensão de mercúrio oriunda do comércio local ilegal”, diz o perito, ao citar outro exemplo.

No dia 7 de outubro, o Correio

promoverá, em parceria com o Instituto Escolhas, o evento *Controles sobre o uso de mercúrio na extração do ouro no Brasil*. O intuito é debater o uso do metal na extração do ouro no Brasil e discutir possíveis soluções com o governo, o setor privado e a sociedade.

Mais informações sobre o evento no link abaixo:
<https://eventos.correio braziliense.com.br/controledomercurio>

* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula



RAUL VELLOSO

VALE A PENA DESTACAR QUE A DISPARADA DOS GASTOS PREVIDENCIÁRIOS TEM TUDO A VER COM O FORTE CRESCIMENTO DO GRAU DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, ALGO QUE POUCOS IMAGINAM QUE PODERIA ESTAR ACONTECENDO COM A INTENSIDADE EM QUE OCORRE HOJE EM NOSSAS PLAGAS.

A hora e vez do equacionamento previdenciário

Os estudiosos da área podem não ter percebido isso ainda com clareza, mas, olhando de trás para diante no gráfico que tenho à mão, os dados existentes parecem sugerir que, desde algum momento por volta de 2013/14, o Brasil vem trafegando por uma rota de taxas de crescimento sistemática e progressivamente mais baixas da sua economia, o mesmo ocorrendo com os respectivos empregos de mão-de-obra e dos demais fatores de produção.

Se não fizermos algo relevante para rever esse quadro (para facilitar o entendimento dessa difícil questão, peçam tal gráfico a raulveloso45@gmail.com), isso acabará se tornando de difí-

cil reversão à frente, principalmente quando se considera que tudo deve ter muito a ver com a queda real e progressiva não apenas dos investimentos públicos, mas também das complementares inversões privadas em infraestrutura, desde o mesmo momento inicial.

O pior de tudo, ainda, é se dar conta de que o principal motivo pelo qual se tem reduzido o espaço disponível para investir em infraestrutura nos respectivos orçamentos das várias esferas de governo, ou seja, da União, Estados e municípios, e que continuará a reduzi-lo fortemente se nada for feito para alterar tal quadro, parece ter sido a disparada real dos

gastos previdenciários públicos, que são parte dos que são apelidados como “obrigatórios”.

Ao lado disso, vale a pena destacar que a disparada dos gastos previdenciários tem tudo a ver com o forte crescimento do grau de envelhecimento da população brasileira, algo que poucos imaginam que poderia estar acontecendo com a intensidade em que ocorre hoje em nossas plagas.

Se não, vejamos. Segundo projeções da ONU, a população brasileira em breve estará envelhecendo mais rapidamente do que a norte-americana, e encostará na trajetória europeia por volta de 2.070. Com uma taxa de envelhecimento da população em torno de 50%. Ou seja, ten-

deremos a ficar mais velhos (e, portanto, com maiores gastos totais com aposentadorias) do que o resto do mundo.

Nessas condições, a melhor saída para retomar nossa capacidade de crescer economicamente é promover o chamado equacionamento previdenciário, ou adotar as mudanças requeridas para a zeragem dos passivos atuariais (ou do valor presente, calculado a uma taxa de juros real adequada, dos saldos anuais futuros das contas previdenciárias de cada ente público em consideração, despesas menos receitas relevantes para cada caso em pauta, calculadas a preços constantes, que se projetem para um grupo cujo equa-

cionamento se deseje efetivar, considerando a virtual totalidade dos entes públicos dentro do conjunto em estudo, e para os próximos não sei quantos anos — a definir conforme o caso).

Deve-se lembrar que nesse tipo de cálculo devem-se projetar todas as despesas e receitas que possam ser ou estar ligadas à previdência, incluindo receitas adicionais que o ente público em causa considere viável considerar em cada formulação, conforme cada grupo relevante de entes que seja considerado. Só assim, e tudo o mais constante, será possível recuperar o espaço orçamentário para o País retomar os investimentos públicos, e, na sequência, os investimentos privados em

infraestrutura, e, por fim, taxas de crescimento do PIB médias comparáveis com as de algumas décadas precedentes, ainda que isso não seja tão simples como possa parecer à primeira vista.

Pretendo, a partir de hoje, divulgar amplamente nas colunas dos jornais onde costume publicar meus artigos com alta frequência sobre os temas que acompanho sistematicamente, como o deste texto (que será o primeiro de vários), pensando em “cutucar onças governamentais com vara curta”, para colocarmos em prática o que precisa ser feito, com vistas a retomar o crescimento do PIB e dos empregos a taxas elevadas e de forma sustentada, para o bem do País.